



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MERO

VALTER JOSÉ DE Omena ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2261/2015.

Interessado: Associações e Comunidades que eram beneficiadas pelo Projeto de Segurança Alimentar.

Assunto: Requerimento de audiência.

Despacho: Remeta-se cópia aos interessados dos esclarecimentos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5702/2015.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça para informar.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2015, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 2037/2013.

Interessado: Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República.

Assunto: Denúncia.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica com a seguinte ementa: "Peças de informação. Ausência de elementos mínimos. Incidência do Assento 003/2010/CSMP. Ausência de outras medidas a adotar. Pela ratificação do arquivamento".

Proc: 3114/2015.

Interessado: Paulo Roberto Nunes Calaça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4247/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de São Luiz do Quitunde.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Remeta-se ao interessado cópia do parecer da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça e do expediente de fl. 18.

Proc: 4281/2015.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Autorizo o pagamento em relação ao servidor Márcio Antônio Gomes Reis Júnior na forma de direito.

Proc: 4480/2015.

Interessado: Dr. Sebastião Costa Filho, Desembargador.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 3723/2015.

Proc: 4622/2015.

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Major Izidoro.
Assunto: Encaminhamento de cópia do Autos n° 0000298-19.2014.8.02.0018, para os fins do art. 28 do CPP.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica com a seguinte ementa: "Inquérito Policial. Homicídio Culposo na Direção de Veículo Automotor - Art. 302, CTB. Pedido de arquivamento pelo Órgão Ministerial de 1º grau. Discordância do Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Major Izidoro. Encaminhamento dos autos à PGJ. Art. 28 do CPP. Ausência de elementos nos autos capazes de ensejar a ação penal pelo crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor. Pela manutenção do arquivamento". Devolvam-se os autos ao Juízo de origem.

Proc: 5092/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de São Luís do Quitunde.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida.

Proc: 5150/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Junte-se a consulta ao E-SAJ dos Autos n° 0729370-95.2013.8.02.0001, que demonstra a evolução do feito. Em seguida, archive-se.

Proc: 5152/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Vista de processo digital para os fins do art. 28 do CPP. (Autos n.º 0701059-22.2015.8.02.0067).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica com a seguinte ementa: "Inquérito Policial. Roubo (Art. 157, I e II, CP). Manifestação do Promotor de 1º grau atribuindo a competência para processar e julgar o caso à 14ª Vara Criminal da Capital. Discordância do Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital. Encaminhamento dos autos à PGJ. Art. 28 do CPP. Pela designação de outro Promotor de Justiça para atuar no caso conforme o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal". Remeta-se o feito à Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 5147/2015.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Sistema de Registro de Preço - SRP. Licitação. Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, para registro de preço ao futuro e eventual aquisição de condicionadores de ar. Fase Interna. Termo de referência. Orçamento n° 102/2015, elaborado pelo setor de compras. Informação das Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças. Pela autorização de abertura do certame e providências que o caso requer".

Proc: 5242/2015.

Interessado: Juízo de Direito da Comarca de Batalha.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Oficie-se ao interessado encaminhando cópia dos documentos de fls. 7/8. Em seguida, archive-se.

Proc: 5243/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Vista de processo digital para os fins do art. 28 do CPP. (Autos n.º 0700079-75.2015.8.02.0067).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica com a seguinte ementa: "Ação Ordinária. Crime do art. 157 da Lei 2.848/40. Discordância do Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital com o entendimento do órgão ministerial. Encaminhamento dos autos à PGJ. Art. 28 do CPP. Pela designação de Promotor de Justiça para atuar no caso, conforme o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal". Remeta-se o feito à Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 5247/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Vista de processo digital para os fins do art. 28 do CPP. (Autos n.º 0004969-10.2012.8.02.0001).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica com a seguinte ementa: "Ação Ordinária. Crime do art. 157, § 2º, inciso II do CP; Discordância do Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital com o entendimento do órgão ministerial. Encaminhamento dos autos à PGJ. Art. 28 do CPP. Pela designação de Promotor de Justiça para atuar no caso, conforme o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal." Remeta-se o feito à Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 5272/2015.

Interessado: Arlen Silva Brito e outros.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Defiro o prazo solicitado pela DP à fl. 48.

Proc: 5354/2015.

Interessado: Poder Judiciário - Justiça Itinerante.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Considerando o decurso da data enunciada no ofício inaugural, determino o arquivamento destes autos.

Proc: 5379/2015.

Interessado: Pró-Vida.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual.

Proc: 5409/2015.

Interessado: Luciano Lucena de Farias e outros.
Assunto: Representação.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 5442/2015.

Interessado: Auto Posto Comendador Ltda.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da informação do Diretor-Geral, à fl. 14, archive-se.

Proc: 5465/2015.

Interessado: Karthalliane de Souza Medeiros, funcionária desta PGJ.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licença maternidade. Servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão. Art. 1º da Lei 11.770/2008. Inteligência do art. 49, VII da Constituição de Alagoas com a nova redação dada pela EC. Nº 34/07. Estabilidade da servidora que está de gozo de licença maternidade. Ato de Disposições Transitórias, art. 10, II, letra "b". Precedentes dos Tribunais Superiores. Possibilidade de compensação dos valores pagos durante a licença maternidade. Art. 72, § 1º da Lei 8.213, de 24 de julho 1991. Pelo deferimento".

Proc: 5468/2015.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal.

Proc: 5470/2015.

Interessado: SERVEAL.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Em face da informação da DG, à fl. 6, archive-se.

Proc: 5476/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 28ª Vara da Capital/Infância e Juventude.

Assunto: Encaminhamento de senha (Autos nº 0700397-57.2013.8.02.0090).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital.

Proc: 5477/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 28ª Vara da Capital/Infância e Juventude.

Assunto: Encaminhamento de senha (Autos nº 0700060-34.2014.8.02.0090).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital.

Proc: 5524/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Manifestação nº 20150073372).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Maragogi.

Proc: 5531/2015.

Interessado: Livia Lemos Falcão de Almeida.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 5538/2015.

Interessado: Álvaro Bonato Sehnem, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 5548/2015.

Interessado: Thiago Farias de Andrade Assis, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 5557/2015.

Interessado: Dr. Wladimir Bessa da Cruz, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da informação da DP, às fls. 4/6, archive-se.

Proc: 5589/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000539/2015-14).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital.

Proc: 5599/2015.

Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 5600/2015.

Interessado: Dr. Alberto Fonseca, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Proc: 5613/2015.

Interessado: Secretaria Geral/Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos ao Gecoc.

Proc: 5647/2015.

Interessado: Dr. Max Martins de Oliveira e Silva, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de averbação em ficha funcional.

Despacho: Defiro. À DP para as anotações cabíveis. Após, archive-se.

Proc: 5673/2015.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de suspensão de férias do servidor Daniel de Melo Pimentel.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 5674/2015.

Interessado: Dr. Carlos Tadeu Vilanova Barros, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 5681/2015.

Interessado: Gabinete do Secretário/Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 818/2015.

Proc: 5683/2015.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 5688/2015.

Interessado: Prefeitura Municipal de Cajueiro.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 4807/2015.

Proc: 5689/2015.

Interessado: José Carlos Barreiros Barbosa Filho, funcionário desta PGJ.

Assunto: Requerimento de prorrogação.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contrato de aluguel de imóvel destinado a sediar a Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, nº 10/2009. Dispensa de Licitação. Cumprimento das exigências do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de prorrogação, face previsão contratual. Aplicação do índice de reajuste do IGP-M previsto na cláusula sexta do contrato. Pelo deferimento".

Proc: 5690/2015.

Interessado: José Carlos Barreiros Barbosa Filho, funcionário desta PGJ.

Assunto: Requerimento de prorrogação.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contrato de aluguel de imóvel destinado a sediar a Promotoria de Justiça de União dos Palmares, nº 09/2009. Dispensa de Licitação. Cumprimento das exigências do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de prorrogação, face previsão contratual. Aplicação do índice de reajuste do IGP-M previsto na cláusula sexta do contrato. Pelo deferimento".

Proc: 5694/2015.

Interessado: 58ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5708/2015.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5723/2015.

Interessado: Luiz Carlos Costa.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 5034/2015.

Proc: 5724/2015.

Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.

Em seguida, archive-se.

Proc: 5726/2015.

Interessado: Dra. Adilza Inácio de Freitas, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Autorizo ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público. Em seguida, remetam-se os autos à Secretaria daquele órgão.

Proc: 5727/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de Maribondo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 5728/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF n° 1.11.000.000499/2015-19).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5729/2015.

Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF n° 1.11.000.000365/2015-90).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5730/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 2ª Vara de Coruripe.

Assunto: Encaminhamento dos Autos n.º 0000160-77.2014.8.02.0042 para os fins do art. 28 do CPP.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5731/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 2ª Vara de Delmiro Gouveia/Entorpecentes.

Assunto: Vista de processo digital para os fins do art. 28 do CPP. (Autos n.º 0000203-90.2015.8.02.0070).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5732/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 2ª Vara de Delmiro Gouveia/Entorpecentes.

Assunto: Vista de processo digital para os fins do art. 28 do CPP. (Autos n.º 0000024-43.2015.8.02.0043).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5736/2015.

Interessado: Renata de Negreiros Guerra Studart, Analista do Ministério Público/Psicóloga.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 5737/2015.

Interessado: Fellipe Tavares de Carvalho Barros, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.

Em seguida, archive-se.

Proc: 5741/2015.

Interessado: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.

Em seguida, archive-se.

Proc: 5743/2015.

Interessado: Secretaria da Fazenda/Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DG.

Proc: 5744/2015.

Interessado: Dra. Maria Cecília Pontes Carnaúba, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.

Em seguida, archive-se.

Proc: 5750/2015.

Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DP para as anotações de estilo.

Proc: 5751/2015.

Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DP para as anotações de estilo.

Proc: 5754/2015.

Interessado: 14ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis.

Proc: 5756/2015.

Interessado: Elenise Daudt Tenório de Souza, Consultora Jurídica desta PGJ.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis.

Em seguida, archive-se.

Proc: 5760/2015.

Interessado: Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Processo n° 0002082-02-1991.4.05.8000.

Interessado: Supremo Tribunal Federal.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolhendo a manifestação do Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital, lançada à fl. 1253, determino a remessa dos autos à Vara da Justiça Federal neste Estado.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de dezembro de 2015.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 217094

PORTARIA N° 1.316, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. GIVALDO DE BARROS LESSA, 58º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF n° 759.073.724-00, matrícula n° 69123, 9 (nove) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 2.243,79 (dois mil duzentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, nos dias 6, 13 e 27 de agosto e 3, 10, 11, 17, 24 e 29 de setembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Traipu, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 78, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa

por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.317, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de NIVALDO BRANDÃO DA SILVA, Assessor de Logística e Transporte, portador do CPF nº 222.719.104-04, matrícula nº 825897, 10 (dez) meias diárias, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) em face do seu deslocamento às cidades de Santana do Ipanema, no dia 6 de maio, Penedo, no dia 6 de junho, Pilar, no dia 10 de junho, Girau do Ponciano, no dia 13 de agosto, Penedo, no dia 2 de setembro, Penedo, no dia 3 de setembro, Traipu, no dia 14 de outubro, Traipu, no dia 15 de outubro, Arapiraca, no dia 22 de outubro, Arapiraca e Palmeira dos Índios, no dia 5 de novembro, Arapiraca, no dia 12 de novembro, a serviço do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.318, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de ÁLVARO BONATO SEHNEM, Analista do Ministério Público - Área Gestão Pública e Encarregado de Patrimônio, portador do CPF nº 912.076.650-53, matrícula 825711-6, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Porto Calvo, no dia 1º de dezembro do corrente ano, para realizar levantamento de inventário, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.319, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. ALBERTO FONSECA, 4ª Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 411.065.554-49, matrícula nº 76569, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo, no dia 1º de outubro do corrente ano, para realizar inspeção in loco no empreendimento denominado Vale do São Francisco, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 - Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.320, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. ADRIANO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA, 2º Promotor de Justiça de Porto Calvo, de 2ª entrância, portador do CPF nº 516.811.024-04, matrícula nº 69163, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo, no dia 1º de outubro do corrente ano, para realizar inspeção in loco no empreendimento denominado Vale do São Francisco, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 - Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.321, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no artigo 5º, parágrafo único, do Ato PGJ nº 6/2011, RESOLVE conceder em favor de MÁRCIO ANTÔNIO GOMES REIS JÚNIOR, Técnico do Ministério Público, portador do CPF nº 074.880.854-00, matrícula nº 825737, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 199,44 (cento e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo, no dia 1º de outubro do corrente ano, para realizar inspeção in loco no empreendimento denominado Vale do São Francisco, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 - Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.322, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de NIVALDO BRANDÃO DA SILVA, Assessor de Logística e Transporte, portador do CPF nº 222.719.104-04, matrícula nº 825897, 7 (sete) meias diárias, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um valor de R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais) em face do seu deslocamento às cidades de Major Izidoro e Maravilha, no dia 11 de setembro, a serviço da Diretoria de Comunicação desta Procuradoria Geral de Justiça, Marechal Deodoro, no dia 12 de janeiro, Capela, no dia 21 de janeiro, Cajueiro e Viçosa, no dia 5 de fevereiro, Matriz de Camaragibe, no dia 10 de fevereiro, Cacimbinhas e Arapiraca, no dia 12 de fevereiro, Arapiraca, no dia 8 de maio, a serviço da Diretoria de Informática desta Procuradoria Geral de Justiça, todos do corrente ano, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.323, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor do Dr. ALBERTO FONSECA, 4ª Promotor de Justiça

da Capital, portador do CPF nº 411.065.554-49, matrícula nº 76569, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo, no dia 11 de dezembro do corrente ano, para participar da Cerimônia da Marinha do Brasil, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.324, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de NIVALDO BRANDÃO DA SILVA, Assessor de Logística e Transporte, portador do CPF nº 222.719.104-04, matrícula nº 825897, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Penedo, no dia 11 de dezembro, a serviço da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.325, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de FABRÍZIO MALTA OLIVEIRA, Técnico do Ministério Público - Tecnologia da Informação, portador do CPF nº 110.852.877-50, matrícula nº 825493-1, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Porto Calvo, no dia 28 de outubro do corrente ano, para acompanhamento de instalação e suporte de equipamentos na Promotoria de Justiça de Porto Calvo, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2402.0000 - Manutenção dos Serviços de Informática, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.326, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE conceder em favor de HERBERT DE GUSMÃO TENÓRIO, Assessor de Logística e Transporte, portador do CPF nº 040.008.514-38 e matrícula nº 826033-8, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Porto Calvo, no dia 28 de outubro do corrente ano, para acompanhamento de instalação e suporte de equipamentos na Promotoria de Justiça de Porto Calvo, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2402.0000 - Manutenção dos Serviços de Informática, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.327, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao requerido no Proc. 5758/2015, RESOLVE designar os Doutores JOSÉ CARLOS SILVA CASTRO, Coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 1º CAO e NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, Coordenador do Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 2º CAO, para atuarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Anadia, no procedimento investigatório PAP 01/2015, para fins de apoio no desenvolvimento das investigações e eventual propositura de medidas judiciais.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA Nº 1.328, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, RESOLVE conceder em favor do Dr. MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS, 2º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 151.673.214-68, matrícula nº 55442, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Igreja Nova, no dia 25 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Igreja Nova, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.176, de 24 de novembro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

Protocolo 217077

Conselho Superior do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

336. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL-4381/2014. Origem: 34ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Procuradoria da República em Alagoas (Dalmo de Oliveira Santos). Assunto: Reversão de curatela.

337. Procedimento Preparatório nº 005/2014 (Anônimo-23/2013). Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Sob sigilo. Assunto: Invasão de área pública com edificações clandestinas no Loteamento Parque Miramar.

338. Procedimento Preparatório nº 06/2015. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Corpo de Bombeiro Militar. Assunto: Invasão de área pública com edificações clandestinas no Loteamento Parque Miramar.

Cumprando, ainda, que os autos dos processos acima listados se encontram a disposição dos interessados, na Secretaria deste Conselho, para que a associação legitimada ou quem tenha legítimo interesse apresente, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, conforme o comando do artigo 172 do RICSMP/AL.

Publicado em 17 de dezembro de 2015

Prazo para impugnação: até 28 de dezembro de 2015

Maceió, 16 de dezembro de 2015

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PAUTA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA NO DIA 18.12.2015

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, excepcionalmente, na próxima sexta-feira, dia 18.12.2015, às 8 horas e 30 minutos, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

– Apreciação da ATA da 39ª Reunião Ordinária do CSMP do ano de 2015.

EXPEDIENTES PARA CONHECIMENTO

1. Ofício nº 78/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Igreja Nova. Assunto: Comunicação da prorrogação de prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 03/2014 e do ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa.
2. Ofício nº 160/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Messias. Assunto: Comunicação da instauração de procedimento administrativo, através da Portaria nº 001/2015, visando apurar a prática de negligência contra a manutenção do Centro Educacional Municipal Luiz de Amorim Leão – CEMLAL.
3. Processo nº PGJ/AL-5583/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, através da Portaria nº 13/2015, para apurar irregularidades na construção de anel viário pelo município de Porto Calvo.
4. Processo nº PGJ/AL-5636/2015. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação do firmamento de TAC nos autos do Inquérito Civil (PGJ/AL-465/2014).
5. Processo nº PGJ/AL-5639/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil, através da Portaria nº 15/2015, para apurar irregularidades na contratação de bandas pelo município de Jacuibe.
6. Processo nº PGJ/AL-5665/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 07/2014.
7. Processo nº PGJ/AL-5666/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 16/2012.
8. Processo nº PGJ/AL-5667/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 11/2013.
9. Processo nº PGJ/AL-5668/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 04/2013.
10. Processo nº PGJ/AL-5682/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Paripueira. Assunto: Comunicação do ajuizamento de ação civil pública nos autos do Processo nº PGJ/AL-4993/2015.
11. Processo nº PGJ/AL-5746/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 08/2014.
12. Processo nº PGJ/AL-5748/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Assunto: Comunicação da prorrogação do prazo para conclusão do Inquérito Civil nº 09/2013.

PROCESSO PARA DELIBERAÇÃO

1. Processo nº PGJ/AL-5836/2015. Interessado: Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público. Assunto: Relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Superior do Ministério Público durante o ano de 2015.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. Processo nº PGJ/AL-1924/2012 (Procedimento Administrativo nº 96/2012). Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Assunto: Notícia de irregularidades no Contrato AGESA nº 37/2008 firmado pela AGESA (atual AMGESP) e ESTEL – Empresa de Serviços Terceirizados LTDA. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
2. Procedimento Preparatório nº 001/2015. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Maria das Dores Correia de Lima. Assunto: Falta de limpeza em área verde e em lotes no Loteamento Terra de Antares I (Ref.: PGJ/AL-4006/2015). Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

3. Notícia de Fato nº 25/2015 (PGJ/AL-3959/2015). Origem: 61ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Laelson de Lira Silva. Assunto: Investigação de irregularidades no PRONATEC em Alagoas. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
4. Procedimento Administrativo nº 80/2014 (PGJ/AL-2260/2014). Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Cicero Medeiros Elias e Adalton dos Santos Silva, Professores da Rede Estadual de Educação. Assunto: Notícia de suposta de irregularidade na contratação temporária de monitores pelo Estado de Alagoas. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
5. Processo nº PGJ/AL-5737/2014 (Procedimento Administrativo nº 12/2015). Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Djair Cavalcante Silva. Assunto: Representação de irregularidades em concurso público para cargos do magistério superior pela UNCISAL. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
6. Procedimento Administrativo nº 11/2015 (PGJ/AL-5648/2014). Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Rafael Vinhal da Costa. Assunto: Representação contra excesso de trabalho de médicos residentes em instituições vinculadas à UNCISAL (Ref.: PGJ/AL-3238/2015). Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
7. Processo nº PGJ/AL-3226/2015. Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Via Varejo (Casas Bahia). Assunto: Encaminhamento dos autos da NF 276/2015 (PGJ/AL-2812/2015) referente a solicitação de traslado do Procedimento Administrativo nº 255/2014. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
8. Processo nº PGJ/AL-1122/2015. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Cicero Vieira de Oliveira (Moradores do Condomínio Residencial Tabuleiro dos Martins). Assunto: Notícia de prejuízo com a alteração no itinerário de ônibus pelas empresas Massayó e Piedade. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
9. Inquérito Civil Público nº 03/2014 (PCFPE nº 51/2014). Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: SINDPOL. Assunto: Situação das delegacias do Estado de Alagoas (Cópia do Proc. 15/2014 – Ref.: PGJ/AL-3997/2015). Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
10. Inquérito Civil Público (Portaria 1º CPDA nº 05/2011 – PGJ/AL-206/2011). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Vilma Costa de Magalhães. Assunto: Poluição sonora por parte da Igreja Missionária Jesus (Ref.: Proc. 4155/2015). Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
11. Processo nº PGJ/AL-4433/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Canapi. Assunto: Notícia de renúncia indevida de crédito, por parte do Município de Canapi, frente a União (Cópia do Proc. 3292/2015). Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
12. Procedimento Preparatório (Portaria 1º CPDA nº 14/2013 – PGJ/AL-1659/2013). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Ministério Público. Assunto: Disposição irregular de resíduos sólidos às margens do Residencial Carajás II, nesta capital. Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.
13. Notícia de Fato nº 64/2015. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: 5º Juizado Especial Cível e Criminal da Capital. Assunto: Falta de cumprimento de representação ministerial, nos autos de processo judicial, por parte da Polícia Civil (Ref.: PGJ/AL-4288/2015). Relator (a): Conselheiro Walber José Valente de Lima.
14. Processo nº PGJ/AL-880/2013 (17 volumes anexos). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Ministério Público. Assunto: Supressão de vegetação nativa de mata atlântica decorrente de obras nos arredores das Avenidas Márcio Canuto e Josefa de Mello, nesta capital (Ref.: PGJ/AL-3092/2015). Relator(a): Conselheiro Walber José Valente de Lima (Retorno do pedido de vista do Senhor Presidente, Dr. Sérgio Jucá).
15. Procedimento Preparatório nº 10/2011 (Apenso Procedimento Preparatório nº 06/2011 – PGJ/AL-250/2011). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: José Antônio da Silva e outros. Assunto: Representação de poluição sonora contra os estabelecimentos “The Palace” e “Chácara Arara Azul”, bairro de Seraria, nesta capital (Ref.: Proc. 4154/2015). Relator(a): Conselheiro Dilmar Lopes Camerino (Retorno do pedido de vista do Senhor Presidente, Dr. Sérgio Jucá).
16. Procedimento Preparatório nº 08/2011 (PGJ/AL-528/2015). Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Juízo de Direito da 18ª Vara Cível da Capital. Assunto: Responsabilização de agentes públicos lotados no IML/AL, no descarte de prova material de crime, antes da realização de exame pericial, no caso Giovanna Tenório (Ref.: PGJ/AL-3648/2015). Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira (Retorno do pedido de vista do Senhor Presidente, Dr. Sérgio Jucá).

Maceió, 16 de dezembro de 2015.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do CSMP

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE JOAQUIM GOMES
PORTARIA n° 03/15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei n° 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual n° 015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8°, § 1° da Lei n° 7.347/85 e na Resolução n° 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Fleixeiros, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Joaquim Gomes, em 16 de dezembro de 2015.

Carlos Davi Lopes Correia Lima
Promotor de Justiça

Protocolo 217104

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FEIRA GRANDE

Inquérito Civil n° 06.2015.00000080-3

PORTARIA n° 002/15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Feira Grande, no uso das atribuições institucionais previstas no art. 129, inciso III da Constituição Federal; no art. 149, parágrafo único da Constituição do Estado de Alagoas; no art. 26, inciso I da Lei Federal n° 8.625/93; bem como no art. 6° inciso I da Lei Complementar Estadual n° 15/96; apreciando ainda os poderes conferidos pelos artigos 1° inciso V e artigo 8°, § 1° da Lei n° 7.347/85, todos regulados institucionalmente pela Resolução n° 23/07 emanada do Conselho Nacional do Ministério Público e pela Resolução n° 001/10 emanada do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas; CONSIDERANDO as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município de Feira Grande, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”, conforme mandamento constitucional inserido no artigo 129, inciso II da Carta magna da República,

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, para apurar os fatos narrados, determinando desde já:

1. Autue-se e registre-se a presente portaria;
2. Comunique-se a instauração do presente ao Conselho Superior do Ministério Público;
3. Requisite-se informações à Prefeitura Municipal de Feira Grande, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;
4. Solicite-se apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

Feira Grande, 15 de dezembro de 2015.

Saulo Ventura de Holanda
Promotor de Justiça

Protocolo 217105

Promotoria de Justiça de Traipu

PORTARIA n° 002/15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Traipu, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei n° 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual n° 015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8°, § 1° da Lei n° 7.347/85 e na Resolução n° 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Traipu, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Traipu, em 16 de dezembro de 2015.

Givaldo de Barros Lessa
Promotor de Justiça

Protocolo 217106

Promotoria de Justiça de Arapiraca
PORTARIA n° 003/15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Arapiraca, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei n° 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual n° 015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e na Resolução nº 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais:

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Arapiraca, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Arapiraca, 15 de dezembro de 2015.

Napoleão Amaral Franco
Promotor de Justiça

Protocolo 217110

Promotoria de Justiça de Olho d'Água das Flores

PORTARIA nº 01/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Olho d'Água das Flores, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e na Resolução nº 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Monteirópolis, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Olho d'Água das Flores, 15 de dezembro de 2015.

Napoleão Amaral Franco
Promotor de Justiça

Protocolo 217111

Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina

PORTARIA nº /15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº

015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e na Resolução nº 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Novo Lino, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Colônia Leopoldina, em 16 de dezembro de 2015.

DELFINO COSTA NETO
Promotor de Justiça

Protocolo 217113

Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela

PORTARIA nº /15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei nº 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual nº 015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85 e na Resolução nº 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Teotônio Vilela, em 16 de dezembro de 2015.

Hermann Brito de Araújo Lima Júnior
Promotor de Justiça

Protocolo 217115

Promotoria de Justiça de Mata Grande

PORTARIA n° 01/15

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Mata Grande, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei n° 8.625/93 e pela Lei Complementar Estadual n° 015/96, e considerando as informações trazidas a esta Promotoria pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público dando conta de possível desvio de finalidade na realização de despesas com os recursos decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado para a educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015, por isso

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei n° 7.347/85 e na Resolução n° 23 do CNMP destinado a colher mais informações acerca das eventuais irregularidades acima mencionadas, apurar novos fatos correlatos e apontar responsabilidades; e para tanto, passa a adotar as seguintes providências iniciais :

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Canapi, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria.

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Mata Grande, em 16 de dezembro de 2015.

Cláudio José Moreira Teles
Promotor de Justiça

Protocolo 217117

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Promotoria de Justiça de Boca da Mata

PORTARIA n. 4/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por meio da Promotoria de Justiça de Boca da Mata, no uso das atribuições e prerrogativas conferidas pela Constituição Federal, pela Lei n. 8.625/1993 e pela Lei Complementar Estadual n. 15/1996, e ao considerar as informações trazidas pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do MPAL, dando conta da importância e da oportunidade de acompanhar e fiscalizar a aplicação das receitas decorrentes do recebimento de precatório pelo Município, em razão de ação ajuizada perante a Justiça Federal, decorrente do pagamento de diferenças do valor mínimo anual por aluno destinado à educação fundamental (VMAA), a título de complementação do FUNDEF, a ocorrer neste mês de dezembro de 2015,

RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO, com fulcro no art. 8º, § 1º da Lei n. 7.347/1985 e na Resolução n. 23 do CNMP, destinado a colher informações acerca do planejamento das despesas públicas que o Município pretende realizar com os recursos decorrentes de tal precatório e de sua eventual regularidade:

Registro e autuação, no livro de registro desta Promotoria, aberto para tal fim;

Requisição de informações à Prefeitura Municipal de Boca da Mata, para envio da documentação pertinente aos fatos apontados;

Remessa de cópia desta Portaria ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, para os fins legais pertinentes à matéria;

Solicitação de apoio para atuação conjunta com o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público.

Publique-se. Cumpra-se.

Boca da Mata, em 16 de dezembro de 2015.

Humberto Pimentel Costa
Promotor de Justiça

Protocolo 217060



Diga NÃO ao trabalho infantil



Crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por região



- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

Criança tem direito de ser criança!



**IMPRESA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS

Secretaria de Estado
do Planejamento,
Gestão e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO
ALAGOAS
TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ